TRIVIIS
Anais de **Conferências** e **Mesas** de **Debates** do
Seminário Internacional de Pesquisas
em **Midiatização** e Processos Sociais

As diferenças construídas, a construção da igualdade[1]

The Constructed Differences, the Construction of Equality

José Luiz Braga[2]

1.

O problema proposto pela chamada para este VI Seminário Internacional de Midiatização, no eixo que direciona esta mesa, refere-se a sistemas classificatórios no âmbito social e cultural que se mostram discriminatórios, enviesados, caracterizando uma pretensão de desigualdade. Move certamente os debates a questão do viés discriminatório que se manifesta eventualmente no acionamento de algoritmos informatizados de circulação.

É certamente relevante fazer críticas e projetos superadores a partir deste ângulo. Um dos ângulos pertinentes trata do que deve ser atribuído aos responsáveis e planejadores das plataformas tecnológicas; e do que se mostra como efeito das próprias lógicas algorítmicas. Entretanto, creio que reflexões que dizem respeito à questão dos desvios devem envolver também uma atenção mais abrangente sobre diferenças, diversificação e igualdade.

É o que faço neste momento – apresentar algumas reflexões de ordem mais abrangente, com a expectativa de organizar, adiante, uma proposição estruturada, que leve em conta o que tenha sido debatido neste encontro e – particularmente – as questões que os participantes do Seminário queiram apor ao que proponho.

Farei apenas algumas reflexões – que não compõem ainda um desenvolvimento sistematizado. São antes um primeiro passo, de conjecturas a serem concatenadas.

[1] Conferência apresentada no VI Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. POSCOM-UFSM e ECA-USP na "MESA 1 — Classificações sociais: entre exclusões e igualdades tentativas".

[2] Professor Visitante no PPGCOM da UFG; Professor Emérito da Unisinos.

2.

Muito frequentemente, discriminações sociais tentam se justificar com base em um pretendido darwinismo social. Entretanto, as diferenças étnicas e raciais não são restritivas no que se refere a competências de enfrentamento de circunstâncias adversas. O que a organização biológica da espécie humana sugere, contrariamente a uma "seletividade natural" é uma disponibilidade universal de competências muito diversificadas, perceptivas, físicas, racionais, emocionais, que se mantêm em potência, podendo ser ativadas e desenvolvidas conforme o ambiente de inserção e na medida do enfrentamento necessário das circunstâncias da existência. Com isso, nos tornamos competentes para aprender e para inventar, por ajustamento tentativo e redirecionável, conforme as necessidades contextuais.

Esse processo, gerador ativo de adaptabilidade, dispensa a chamada "evolução natural seletiva" do organismo através de gerações sucessivas. Certamente, tais competências diversas, além de serem ativadas no espaço social e se desenvolverem nas circunstâncias interacionais, podem receber estímulos diversos, conforme a combinação aleatória dos genes. Mas esta não implica superioridade ou inferioridade – apenas que somos melhores em algumas coisas do que em outras, em termos individuais. Isso amplia a variedade de diversificações possíveis, favorecendo a presença de múltiplas dimensões de adaptatividade ativa em todos os grupos sociais.

Isso parece implicar algumas consequências ou corolários:

- A existência de uma variedade de possibilidades culturais, que são tentativas de compor as diferenciações geradas pelas ações e pela interação humana em modo significativo, eficaz e produtivo;
- A diversidade humana é que se coloca como valor a ser defendido, assim como as composições culturais que articulem as singularidades presentes à satisfação dos próprios participantes, assim como nas interações com outros grupos humanos – contrastando, assim, qualquer diferenciação que pretenda sugerir que outro grupo seja tomado como inferior por quaisquer razões étnicas, raciais ou culturais; e assegurando o valor e o direito, de

qualquer grupo, a não ser discriminado por suas preferências, desde que, justamente, não pretenda inferiorizar os demais com base nestas;

- Diferenciações discriminatórias são então, por definição, diferenças construídas, em modo injustificável. Caracterizam uma limitação interacional movida por egoísmo, ganância, covardia, incompetência étnica, ignorância ou outras incidências também, infelizmente, presentes na constituição aberta de nossas possibilidades de ação na sociedade – devendo ser coibidas pelos próprios contextos.

3.

Mais relevante que qualquer diferencialidade natural ou étnica, é o fato de que aprendemos e nos modificamos diretamente nos contextos naturais e sociais da existência. Isso, ao mesmo tempo, nos assegura uma alta flexibilidade adaptativa (e, portanto, de sobrevivência nas mais diversas circunstâncias); e produz o intenso e constante desafio de articular essa diversidade – muitas vezes imprevisível – de modos de agir e das preferências que acabam caracterizando os percursos individuais através da vida e sociais através da história.

Classificar e (mais ainda) articular, compor, tensionar e exercer nossas singularidades em uma atividade em comum é um trabalho constante do existir em sociedade: em interação. Até mesmo porque a diversidade em curso e em transformação, mostrando-se como trunfo para a sobrevivência, nos evidencia também como frágeis e indefesos no isolamento. As atividades dessa dinâmica de articulação caracterizam a comunicação humana como o trabalho pertinente à diversidade e à diversificação (Braga, 2023).

Paralelamente, é uma tarefa de risco – dado que no jogo entre tensionamentos e composições, somos sujeitos a equívocos, a processos canhestros, a conflitos e opressões, a estruturas sociais baseadas na desigualdade e na injustiça.

4.

Com a característica de ser um trabalho da diversidade, a comunicação é o processo gerador das classificações (humanamente válidas ou negativas), assim como gerador dos próprios processadores comunicacionais (linguagens, meios, estratégias e ambientes – Braga, 2023) e, indiretamente, da diversidade cultural e das transformações político-sociais. Gerando igualmente as classificações negativas e os preconceitos, a comunicação é responsável pelas próprias dimensões em que a diversificação humana busca se organizar.

Essa diversificação, diante dos múltiplos desafios, implica uma complexidade crescente das linhas, âmbitos e estruturas segundo as quais nos diversificamos: são outras tantas dimensões nas quais o ser humano se inscreve em posições variáveis. Sabemos que as variações da ação humana são complexas – nas profissões, na cultura, nos campos sociais, nas instituições as mais diversas; nos processos relacionados às artes, aos esportes, ao conhecimento, à criatividade – em meio às quais nos movemos todos, com maior ou menor envolvimento, mais próximos ou mais distantes de umas ou de outras. Cada um de nós se inscreve em dimensões plurais que ora se compõem, ora se tensionam, se atrapalham mutuamente, mas também podem oferecer compensações equilibradoras – não só da sorte de cada um em sua inserção de nascimento, nos quadros sociais, nos favorecimentos ou desfavorecimentos das ocorrências – mas também das possibilidades pessoais ou de negociação plural de posições, de atitudes, de objetivos e de composições que assegurem linhas civilizatórias ou de resistência às opressões.

Isso implica considerar que a diferenças podem ser móveis, flexíveis, adaptativas, como também podem ser (no caso das situações mais ásperas) elemento de busca de transformações contextuais ou mais amplamente sociais, de enfrentamento ou superação. Inversamente, as padronizações inflexíveis das diferenças construídas de fora, por contextos estagnados – que tentam fazer valer e cristalizar qualquer classificação discriminadora – tentam recusar tensionamentos e transformação.

Em situações mais rudes – e não raras – as diferenças opressoras construídas sobre os setores oprimidos se exercem diretamente pela violência, ou são mantidas pela imposição de hábitos estabilizados e pelo conformismo social. A violência pode mesmo ser pouco aparente – as diferenças construídas se exercendo em modo estrutural,

ingressadas no ambiente cultural ou baseadas no simples exercício quase automatizado dos poderes econômicos autorreproduzidos.

Por outro lado, um trabalho constante de busca de composições equilibradoras, de valores éticos, culturais, humanos e políticos sempre se desenvolve, atestando uma busca de igualdades que façam valer – para além da diversidade e das singularidades dos participantes da espécie – uma identidade básica comum de todos, assim como uma harmonia com a natureza assediada. Ainda que tal busca seja considerada utópica, a possibilidade de fazer prefigurações superadoras alimenta reiteradamente a ação humana e seus projetos, gerando energias de enfrentamento da opressão.

5.

O que procurei enfatizar até aqui pode ser sintetizado em algumas constatações: a complexa diversidade das sociedades contemporâneas; as competências adaptativas do ser humano que asseguram sua própria diversificação constante; a invenção social no processo comunicacional da composição de singularidades; o fato de que os indivíduos se inscrevem, por suas interações e pela diversidade de suas circunstâncias, em múltiplas dimensões sociais pelas quais sua singularidade se elabora; e, finalmente, que tais composições se fazem sem garantias prévias: há uma imprevisibilidade que decorre tanto das ações possíveis como do encontro entre diferentes ações individuais, dos contextos em que se exercem, assim como de suas consequências (Arendt, [1958] 2018, p. 233).

Entende-se que, nestas circunstâncias, as culturas e instituições, nas sociedades em constante elaboração histórica, busquem desenvolver e estabilizar processos que reduzam tanto a instabilidade do imprevisível como as diferenciações que tragam o risco de conflito e opressão.

É no âmbito de tal enfrentamento que a "invenção da democracia" (Castoriadis, 1982) vem oferecendo, através de seu lento e descontinuado desenvolvimento histórico, processos e possibilidades de convivência na diversidade, de busca de correções de rumo perante reivindicações, de acolhimento de diversificações e – particularmente para nosso tópico específico – de direitos humanos como base de igualdade universalizada que mantenha cada individuo (em sua qualidade de cidadania) a salvo de opressões e tendo assegurados sua singularidade e sua inserção no tecido social.

Sabemos, é claro, da insuficiência de tais direitos, dos limites de efetivo acesso quando normatizados e das entorses ocorrentes quanto a sua garantia. Cada modo social equivocado, cada circunstância, singular ou típica, de desapreço por uma igualdade eticamente buscada exige remédios *ad hoc*, uma ação crítica ou afirmativa e corretora desenvolvida sob medida e baseada em uma apreensão perceptiva e rigorosa do problema e de suas circunstâncias.

6.

Quero assinalar agora *um dos modos de produção* de entorses presentes na sociedade, que se mostram geradores de discriminação ou diferenças construídas como base de opressão. Trata-se de um modo atualmente generalizado, frequente nas chamadas polarizações (que caracterizo como "binarismo excludente"), assim como em embates políticos repressivos, discriminação racial, homofobia, e outras dinâmicas do ódio, assim como, em geral, nas classificações negativamente enviesadas.

Esse processo parece hoje impregnar (em diferentes níveis) uma grande variedade de contextos sociais – contra o qual é importante desenvolver conhecimento e superação. Vou caracterizar o processo pela palavra *aplastamento*.

Os processos das discriminações mais habituais em nossa cultura são percebidos desde sempre por acionar estereótipos – uma padronização negativada de alguma característica pessoal (de cor, gênero, conformação física, preferência afetiva, faixa etária, aparência pobre ou "popular", ...). O estereótipo corresponde a uma construção externa de "diferença" por atribuição *a priori*, ao aspecto destacado, de características negativas falsamente relacionadas.

As táticas de polarização agressiva inovaram sobre esse processo já em si detestável. O processo comunicacional atualizado na produção de opressões e tentativas de supremacia sobre outros produz – intencionadamente – um achatamento das múltiplas dimensões pelas quais as pessoas ou grupos de pessoas enfrentam suas circunstâncias e realizam seus percursos. Esse aplastamento de dimensões se exerce e reitera até constituir uma clivagem binária e excludente. Para gerar o processo "nós versus os outros", recusam-se como irrelevantes quaisquer dimensões que estabeleçam outras diferenças e

singularidades fora da linha de tensão exacerbada. A dimensão enfatizada como linha de recusa e opressão sobreleva tudo o mais.

Junto com esse achatamento de dimensões dos discriminados, o próprio polarizador propõe uma autoimagem igualmente esvaziada de outras dimensões que não aquelas marcadas como contrastantes em relação ao outro contra o qual exerce sua recusa – relacionando o contraste em termos binários e associando os dois polos, assim construídos em modo assimétrico, como "positivo" e "negativo". Essa construção em diferença binária exacerbada evidentemente exclui qualquer possibilidade interacional que não seja opressiva.

Observe-se que esse processo não é apenas mais explicitamente discriminador. A polarização é, além disso, arregimentadora, na medida em que age no sentido de atrair participantes sociais mais desinformados, hesitantes em sua atitude ética, ou simplesmente próximos dos aliciadores por outras dimensões (profissionais, familiares, de classe ou de vizinhança).

Tal procedimento se tornou bastante facilitado pelo desenvolvimento das redes sociais digitais. Vários fatores favorecem esse tipo de aproximação:

- A ainda pobre competência cultural para assegurar um manejo eticamente mais esclarecido das redes;
- Sua facilidade de gerar circuitos que se organizam em torno de dimensões simplificadas – por contraste com círculos presenciais aos quais os participantes trazem múltiplas dimensões de inscrição à convivência;
- funcionamento das redes fora de contextos pregnantes, ou talvez mais precisamente: as redes elaboram seus próprio contexto circunscrito às dimensões que as organizam;
- Uma processualidade auto reforçadora das reduzidas variações que caracterizam sua existência imediata e caracterizam a participação nos grupos que as compõem.

Em suma, as chamadas "bolhas" se caracterizam por uma unidimensionalidade de pertencimento – marcada sobretudo como distinção contra quem quer que não esteja alinhado com suas posições estreitas.

7.

E os algoritmos? Certamente é preciso fazer correções a ajustes tecnológicos nos processos de captura de dados, para que os resultados de seu processamento não recoloquem em circulação categorizações antiéticas que reforçariam a estrutura dominante estimulando o acionamento de novas situações de discriminação. É importante perceber, para esse esforço corretor, algumas características dos sistemas algorítmicos de circulação social.

A primeira característica é uma lógica própria dos processos informatizados, que resulta em forte anulação das relações contextuais. Os dados extraídos da sociedade e seu tratamento estatístico retiram de sua composição e de seu sentado a vinculação ao contexto e às circunstâncias em que as atitudes se exercem – o que o gesto comunicacional aí fazia. A questão, aqui, seria a de inventar possibilidades de captação e de tratamento de dados que recomponham pistas de contextualização; assim como a língua escrita gerou, histórica e culturalmente, "gêneros" nos quais se expressam pistas situacionais para o que se faz circular.

Isso será naturalmente incumbência dos profissionais da área da informática assim como dos usuários conhecedores; e também de uma crítica acadêmica ou técnica atenta para as entorses decorrentes.

A segunda característica é o fato estatístico, de ordem descritiva, que faz os algoritmos captarem objetivamente tendências culturais e políticas que cruamente se expõem. Aqui, justamente pelo apagamento das nuances, as discriminações, as classificações opressoras se manifestam para fora das estruturas que as naturalizam, do apagamento produzido por hábitos enraizados. Ou seja: se os algoritmos expressam "matematicamente" discriminações, é porque estas ocorrem em quantidade, porque fazem parte das estruturas da sociedade.

A responsabilidade, aqui, é da sociedade como um todo – questão ética e civilizatória a ser resolvida no ambiente cultural e comunicacional da práxis social: de todos nós.

Referências

ARENDT, Hannah. *The Human Condition*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, [1958] 2018.

BRAGA, José Luiz. O desafio da interação humana e os processadores comunicacionais. *Revista E-Compós*, v. 26, jan.–dez, 2023, p. 1–17. https://doi.org/10.30962/ec.2784

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982